

Mídia, Relações de Poder e a Marginalização da Pessoa em Situação de Rua¹

Letícia Santos Bezerra ROCHA²

Marco Aurélio de Sousa Lima CARDOSO³

Vinícius Rodrigues de BRITO⁴

Camila Fortes Monte FRANKLIN⁵

Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí

RESUMO

A pessoa em situação de rua ocupa o espaço público urbano e sobrevive a um processo de estigmatização e invisibilização. Como consequência da visão que é construída socialmente fundamentada na dinâmica de desfiliação do diferente, cidadãos teresinenses em situação de vulnerabilidade social tornam-se menos humanos, uma estatística. Desta forma, requer-se identificar os parâmetros que envolvem a ruptura social deste contingente populacional, a instituição da apartação social, a perda do reconhecimento da humanidade do Outro marginalizado e a desvalorização das problemáticas de ressocialização. Mediante análise do discurso de matérias jornalísticas dos portais Cidade Verde e Meio Norte, o artigo a seguir propõe discutir como a mídia reproduz a situação atual de desterritorialização e marginalização desta parcela da população.

PALAVRAS-CHAVE: Webjornalismo; Pessoa em situação de rua; Análise de discurso; Pertencimento; Diferença.

Introdução

A existência de pessoas sem moradia é uma realidade que se apresenta com frequência no Brasil. Ao circular por algumas áreas, geralmente menos favorecidas, de grandes centros urbanos se é possível constatar a afirmação anterior. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), até o ano de 2015, havia cerca de 100 mil pessoas em situação de rua no país.

Tal problemática é agravada pela estruturalização, dentro da tessitura social brasileira, de uma série de preconceitos e estereótipos, como o de que pessoas em situação de rua são

¹ Trabalho apresentado no II01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação;

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da UFPI, e-mail: leticiasantosbr1@gmail.com;

³ Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela UFPI, e-mail: maurelio1613@gmail.com;

⁴ Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela UFPI, e-mail: viniciusw3@gmail.com;

⁵ Orientadora do trabalho. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPI, e-mail: camilafortesmonte@gmail.com.

perigosas e vinculadas a atividades criminosas. Este ponto, por conseguinte, integra toda uma lógica de exclusão e inviabilização dos indivíduos perante o convívio social e a integração dos mesmos em políticas públicas de erradicação da pobreza (RESENDE, 2008).

Nesse sentido, até mesmo o termo “morador de rua”, expressão amplamente utilizada no vocabulário nacional, corrobora para a continuação do problema, pois naturaliza a situação das pessoas sem moradia. A expressão, sutilmente, repassa a ideia equivocada de que, por ser uma realidade tão corriqueira, não há nada a ser feito para mudá-la, como se aqueles cidadãos já estivessem em suas devidas posições e não precisassem ser realocados de forma digna dentro da sociedade.

Por seu turno, a representação dos indivíduos em situação de rua através das práticas jornalísticas pode, facilmente, incentivar a continuidade do processo de marginalização pelos quais estes são afetados. Isto se dá porque, historicamente, a mídia se constitui como um espaço de verdade, já que constrói narrativas sobre a realidade social (GUEDES, 2009) e, portanto, a abordagem dos conteúdos em suas coberturas detém a possibilidade de reforçar estereótipos.

Desse modo, o presente trabalho nasce da hipótese de que as produções jornalísticas, com enfoque no jornalismo desenvolvido na cidade de Teresina, contribuem ativamente na percepção coletiva em torno de pessoas em situação de rua. Nesse caminho, a pesquisa objetiva identificar padrões de marginalização do grupo descrito nos discursos presentes nas matérias dos portais Meio Norte e Cidade Verde.

Para tanto, foi-se necessária a utilização da metodologia de análise de discurso, como propõe Pinto (1999), bem como o entendimento sobre contrato de leitura de Verón (2005). Como referenciais para a compreensão sobre identidade, condições de subumanidade e a construção de estereótipos, os estudos de Escorel (1999), Valencio (2008), e Adorno e Varanda (2004) foram essenciais para o desenvolvimento da presente pesquisa.

A Situação de Rua como Condição de Subumanidade

A caracterização e conceituação da população em situação de rua concernem a uma complexidade de abordagens distintas, dependendo do autor e do espaço social. O termo mais aceito é “pessoa em situação de rua” de forma a tentar enquadrar uma população heterogênea, na qual a condição é proveniente de diversas razões (CANDIDO, 2006).

É importante ressaltar a incapacidade de abranger a pluralidade de trajetórias na expressão “morador” de rua principalmente por uma grande parcela desejar sair desta

situação. Ao citar Vieira, Bezerra e Rosa (1994), Costa (2005) identifica três situações distintas em relação à permanência na rua:

- As pessoas que ficam na rua – configuram uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando na cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento.
- As pessoas que estão na rua – são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas.
- As pessoas que são da rua – são aqueles que já estão faz um bom tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência. (COSTA, 2005, p. 04)

A invisibilização das peculiaridades e necessidades da pessoa em situação de rua está diretamente ligada com a perda de exercer plenamente seus direitos como cidadãos. Escorel (1999) introduz a transição democrática brasileira como origem da concepção de uma cidadania seletiva no acesso a direitos básicos. A autora indica os princípios da desvinculação da pessoa em situação de rua atribuídos a questões identitárias e a partir da alteridade:

As trajetórias de desvinculação na esfera do trabalho são apresentadas levando-se em conta o panorama nacional e regional do mercado de trabalho. Os ofícios realizados antes da vida nas ruas são caracterizados segundo as vulnerabilidades ocupacionais e de rendimentos, e segundo o suporte identitária os processos de desvinculação econômico-ocupacional são analisados em sua configuração tipicamente contemporânea que atinge os países centrais assim como são contextualizados na sociedade brasileira. Feita a distinção entre as atividades do animal laborans e do homo faber, apresentam-se as estratégias de sobrevivência na rua que associam trabalho (labor) e pedido e conformam a identidade do mendigo (Trabalho e Rendimentos: supérfluos e desnecessários, os inúteis ao mundo). (SCOREL, 1999, p. 18)

Para entender a complexidade do tema e criar propostas que promovam a ressocialização desta parcela da população, a princípio faz-se necessário entender a amplitude de casos: as diferenças de gênero, raciais, etárias, econômicas e de realidades sociais. Segundo Natalino (2016), o Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Ausência que prejudica a efetivação de políticas públicas voltadas para este contingente populacional, o que reproduz a invisibilidade no âmbito das políticas públicas e causa a iniquidade de acesso a serviços.

Dados levantados pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) de Teresina em 2013 demonstram as distintas realidades e segmentações dos grupos formados pela população em situação de rua, o que demanda políticas específicas voltadas a atender este contingente populacional, incluindo seus grupos e subgrupos.

TABELA 01 – Diagnóstico das Pessoas Adultas em Situação de Rua em Teresina. Dados levantados em 2013 pelo Centro Pop de Teresina.

RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO DAS PESSOAS ADULTAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM TERESINA-PI		
QUANTIDADE DE PESSOAS ADULTAS IDENTIFICADAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM TERESINA		210 – PESSOAS ADULTAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM TERESINA
SEXO		ESCOLARIDADE
Homens – 171 (81,4%) Mulheres – 39 (18,6%)		Não Alfabetizado – 06 (2,9%) Fundamental Completo – 03 (1,4%) Fundamental Incompleto – 36 (17,1%) Médio Completo – 03 (1,4%) Médio Incompleto – 03 (1,4%) Superior Completo – 03 (1,4%) Superior Incompleto – 03 (1,4%) Não Informado – 153 (73%)
ESTADO DE ORIGEM		RENDA
MA – 21 (10%) PI – 63 (30%) MG – 03 (1,4%) CE – 12 (5,8%) GO – 03 (1,4%)	DF – 03 (1,4%) MS – 03 (1,4%) PA – 03 (1,4%) Não Informado – 99 (47,2%)	Sem Renda – 51 (24,3%) Menos de 01 Salário Mínimo – 03 (1,4%) 01 Salário Mínimo – 06 (2,9%) De 01 a 02 Salários Mínimos – 00 Mais de 02 Salários Mínimos – 00 Não Informado – 150 (71,4%)
DOCUMENTOS		FAZ USO DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA?
Informaram ao menos algum documento – 99 (47,2%) Não informaram nada – 111 (52,8%)		Sim – 144 (68,6%) Não – 15 (7,1%) Não Informado – 51 (24,3%)
ESTADO CIVIL	ORIGEM DE DEMANDA	
Solteiro/a – 96 (45,7%) Casado/a – 03 (1,4%) União Estável – 12 (5,8%) Separado/a – 15 (7,1%) Viúvo/a – 00 Não Informado – 84 (40%)	Espontânea – 93 (44,3%) Albergue – 48 (22,9%) Rodoviária – 03 (1,4%) SEAS – 33 (15,7%) CAPS – 01 (0,5%) CREAS – 05 (2,4%)	SASC – 03 (1,4%) Hospital Geral – 05 (2,4%) CRAS – 01 (0,5%) Corpo de Bombeiro – 01 (0,5%) Unidade de Saúde – 02 (0,9%) Não Informado – 15 (7,1%)

A pesquisa realizada pelo Centro Pop de Teresina demonstra que as particularidades são variadas, perpassando o estado de origem, o estado civil, a dependência química, a escolaridade, o porte de documentação, entre outras. Vale constatar o caráter exclusivo para pessoas adultas e desatualizado referente a esta problemática social uma vez que dados recentes indicam que o Centro Pop executou 1000 escutas de 2011 a dezembro de 2018.

Adorno e Varanda (2004) expandem a discussão acerca de programas sociais voltados para a população em situação de rua que, além de não existirem programas para atender especificamente a esta parcela, acabam por fomentar propostas paliativas de auxílio e reproduzem a posição de “descartável” da pessoa em situação de rua.

A ausência, insuficiência ou inadequação de políticas públicas em relação ao processo de exclusão e vulnerabilidades cumulativas não significa somente uma posição de neutralidade ou incapacidade do estado em lidar com o problema da população de rua, mas pelo contrário reafirma a penalização do indivíduo pela situação em que ele se encontra. (ADORNO; VARANDA, 2004, p 66-67)

A desvinculação da pessoa em situação de rua está relacionada a uma sociedade contemporânea subordinada a um sistema de produção que estimula a individualização no mercado de trabalho e agrava fatores como o desemprego, a redução de gastos e investimentos governamentais na área social e as políticas sociais focalizadas e seletivas (SILVA, 2009).

Habermas (2004) em sua teoria da ação comunicativa esclarece sobre os processos de construção de um espaço social democrático e inclusivo, no qual o sistema de produção deve estar subordinado à ação comunicativa e harmonia de interesses. Escorel (1999), por sua vez, identifica as peculiaridades de uma democracia brasileira subordinada ao sistema de produção:

Desde a transição democrática até o momento atual ocorreu no Brasil um processo de ampliação dos direitos, mas, também, uma cidadanização seletiva. Isso porque pessoas submetidas a carências materiais extremas, em seu aprisionamento no ‘reino das necessidades’, encontram enormes obstáculos para conseguir apresentar-se na cena política como sujeito portador de interesses e direitos legítimos. (SCOREL, 1999, p. 78)

Valencio (2008, p. 586-587) indica a acelerada desconstrução de nexos no viver urbano e rural ocasionar o aumento da condição de situação de rua uma vez que a vida coletiva e a vida privada entremeiam-se na lógica de mercado, transformando bens e serviços indispensáveis à reprodução familiar em mercadoria. Em correspondência, as políticas

públicas não contribuem na reintegração de uma racionalidade pautada nos direitos da pessoa humana, resultando na desagregação social e situação de rua.

Para Habermas (2004),

A essa orientação da teoria da sociedade corresponde, na teoria da moral e do direito, um universalismo dotado de uma marcada sensibilidade para as diferenças. O mesmo respeito para todos e cada um não se estende àqueles que são congêneres, mas a pessoa do outro ou dos outros em sua alteridade. A responsabilização solidária pelo outro como um dos nossos se refere ao “nós” flexível numa comunidade que resiste a tudo o que é substancial e que amplia constantemente suas fronteiras porosas. Essa comunidade moral se constitui exclusivamente pela idéia negativa da abolição da discriminação e do sofrimento, assim como da inclusão dos marginalizados – e de cada marginalizado em particular –, em uma relação de deferência mútua. Essa comunidade projetada de modo construtivo não é um coletivo que obriga seus membros uniformizados à afirmação da índole própria de cada um. Inclusão não significa aqui confinamento dentro do próprio e fechamento diante do alheio. Antes, a “inclusão do outro” significa que as fronteiras da comunidade estão abertas a todos – também e justamente àqueles que são estranhos um aos outros – e querem continuas sendo estranhos. (HABERMAS, 2004, p. 7-8)

Tratando-se do caráter puramente assistencialista e das condições de apoio a este contingente populacional pode-se inferir sobre a participação da pessoa em situação de rua no espaço público democrático, e as questões de produção de sentidos e pertencimento a espaços de convivência apoiadas pela apartação da diferença.

Identidade, Pertencimento e Diferença

Segundo Amparo, Alves e Cárdenas (2004), as noções de identidade e pertencimento possuem um caráter individual quando ligado à apropriação do corpo próprio, representação de si e imagem do corpo; em conjunto com o caráter social quando relacionada às dimensões de vinculação ao outro e territorialização. Desta forma, a construção da identidade implica no próprio eu (self) e no outro nas suas várias representações como a família, os pares, as instituições e a comunidade.

A partir do reconhecimento do pertencimento a determinados grupos e da representação da diferença como instrumento de caracterização destes grupos, faz-se necessário entender o processo de apartação e constituição de uma hierarquia social.

Cristovam Buarque (1993) deslinda sobre a existência de um *apartheid* social no Brasil similar quanto a estrutura do *apartheid* racial implementado na África do Sul que retirou o direito de cidadania de negros e até hoje transmite uma herança negativa consolidada na história em escala mundial. Para Buarque, o que assemelha o regime de segregação racial

da situação socioeconômica brasileira é a concepção da diferença como balizadora da aceitação da desigualdade.

O que mudou com o *apartheid* não foi o aumento da *desigualdade*, mas a afirmação da *diferença* e, com esta, a aceitação sem constrangimento da desigualdade crescente. Ao se sentirem diferentes em relação aos negros, os brancos incorporaram uma nova ética que lhes permitiu não sentir responsabilidade nem culpa diante da desigualdade. Da mesma forma como os europeus não sentiam antes com os escravos ou com os índios das Américas. E como os ricos brasileiros começam a não sentir diante da pobreza urbana, da fome ao redor, da mortalidade infantil, do assassinato de meninos de rua. (BUARQUE, 1993, p.17)

O autor ainda relaciona o ressurgimento do *apartheid* à construção de um sistema de privilégios por meio da exclusão das massas e hierarquização do espaço social, beneficiando uma minoria rica (BUARQUE, 1993, p. 26).

As transformações da vida em sociedade e a constituição das engrenagens que mantêm e reproduz a distinção permitem a sedimentação na cultura e conhecimento acerca de papéis e instituições sociais. A distinção como forma de aceitar a desigualdade no espaço social cria uma identidade generalizada formada a partir dos processos de “exteriorização, objetivação e interiorização [...] em outras palavras, estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 167).

A dialética da construção social reconhece uma minoria rica como parcela dominante e difusora de mecanismos de formação do outro generalizado, e de formação da classe social em função da separação e atribuição estatutária a efeito de títulos na conceituação do que seria enobrecido e estigmatizado segundo considera Pierre Bourdieu (2015, p. 27). É importante mencionar que a construção desta generalização retroalimenta as condições que asseguram a sedimentação do espaço social e requer tanto o reconhecimento de pertencimento da classe dominante quanto da classe dominada.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o esforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a «domesticação dos dominados». (BOURDIEU, 2009, p. 11).

Assim como Cristovam Buarque (1993) dedica-se a evidenciar como a apartação social provém de uma separação social e econômica, Pierre Bourdieu (2015), em suas considerações

sobre as transformações no espaço social, determina como o capital escolar e a origem social consiste em instrumentos de apropriação cultural, de pertencimento a uma classe e de construção de sentido. Segundo Peter Berger e Thomas Luckmann (2009),

O acervo social do conhecimento inclui o conhecimento de minha situação e de seus limites. Por exemplo, sei que sou pobre, que por conseguinte não posso esperar viver em um bairro elegante. Este conhecimento está claro, é partilhado tanto por aqueles que são também pobres quanto por aqueles que se acham em situação mais privilegiada. A participação no acervo social do conhecimento permite assim a “localização” dos indivíduos na sociedade e o “manejo” deles de maneira apropriada. (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 60-61).

Desta forma, ocorre o distanciamento do ordinário, do comum a partir da “objetivação das necessidades econômicas e culturais que determinaram [...] as *relações sociais objetivadas nos objetos familiares*, em seu ‘luxo’ ou ‘pobreza’, em sua ‘distinção’ ou ‘vulgaridade’, em sua ‘beleza’ ou ‘feia’ [...]” (BOURDIEU, 2015, p. 75) de forma a consolidar socialmente a invisibilização do diferente nas questões sociais:

É graças a essa diferenciação que as classes privilegiadas discutem os problemas do Brasil sem ao menos incluir a pobreza como um deles. Quando considerada, a pobreza é vista como um estorvo desagradável a ser evitado, e não como um problema a ser resolvido. Deseja-se eliminar o incômodo que os pobres representam para os ricos, e não a degradação social que a pobreza significa para os pobres. (BUARQUE, 1993, p. 72-73)

A Veiculação e Análise de Matérias sobre Pessoas em Situação de Rua

As matérias selecionadas para análise foram duas: uma do portal Cidade Verde e outra do portal Meio Norte, visto que ambos os veículos possuem respaldo entre a população teresinense na produção de conteúdo jornalístico. Segundo o “Ranking de Sites/Portais de Notícias Mais Acessados” (2019), no Piauí, o portal Meio Norte ocupa o primeiro lugar, enquanto o portal Cidade Verde ocupa o terceiro.

O critério para seleção estabelecido baseia-se na concepção dos dois meios de comunicação em abordar um mesmo caso, no qual uma pessoa em situação de rua foi linchada por moradores no bairro Bela Vista, zona Sul de Teresina, no dia 16 de junho de 2019. Para a análise, serão usadas a Teoria dos Discursos Sociais de Milton José Pinto e de Contrato de Leitura elaborado por Eliseo Verón.

Pinto (1999) explica que a análise de discursos tem como objetivo explorar a quem o texto se destina, além de analisar também o interesse no processo de produção da matéria,

como, por exemplo, quais contextos influenciam nos enunciados jornalísticos. Essa análise não tem intenção de julgar a intenção do enunciador, mas a forma como são articuladas no texto. Para o autor, os discursos são práticas sociais, em que a linguagem verbal e outras semióticas fazem parte de um contexto sócio-histórico.

Pinto (1999) também afirma que “o analista de discursos é uma espécie de detetive sociocultural”, em que ele contextualiza os enunciados para quem está lendo em três níveis: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural amplo.

O autor também traz o significado de Polifonia. Segundo Pinto (1999), a Polifonia é o que confere uma multiplicidade de vozes ao discurso, reconhecendo outros discursos, autores e enunciadorees por parte de quem está recebendo a mensagem.

Por sua vez, Verón (2005) estuda a relação de identificação e proximidade a quem o enunciado se destina, criada a partir de práticas regulares adotadas pelo meio de comunicação, que é definido como contrato de leitura.

Portal Cidade Verde

O enunciado em destaque da matéria do Portal Cidade Verde, “Morador de rua é espancado após furtar casa na zona Sul de Teresina”, veiculada às 13h49min de acordo com a página, fala sobre uma pessoa em situação de rua que sofreu agressões após furtar uma residência. O enunciado já traz a princípio o termo “morador de rua”, palavras que já estão no ideológico da população associadas a pessoas que vivem marginalizadas e que geralmente pedem esmola ou cometem crimes para sobreviver. A seguir, o enunciador jornalístico coloca que a pessoa “é espancado após furtar casa”, e não dando há identificação de quem o espancou, dando a entender pelo seu modo de mostrar que a culpa de ele ser agredido é dele mesmo, pois ele é responsável pelo furto da casa. Ainda na manchete da matéria, o jornalista traz o contexto situacional imediato: uma casa na zona Sul de Teresina foi furtada e uma pessoa em situação de rua é agredida após ser identificada como responsável pelo ato.

Os enunciados do corpo da matéria são:

Um morador de rua foi encaminhado ao Hospital de Urgência de Teresina (HUT) após ser espancado por populares. O homem é suspeito de ter invadido e furtado uma casa no bairro Bela Vista, zona Sul de Teresina. Revoltados com o crime, os vizinhos da residência furtada espancaram o suspeito. A polícia foi acionada para conter a situação. Em seguida, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi acionado para levar o homem ao HUT. De acordo com informações do tenente Rubens do 6º Batalhão da Polícia Militar, ele teria sido identificado apenas como “Pará”. O homem é um andarilho e estava de passagem pela região, quando decidiu praticar o

crime. Entre os objetos furtados da residência estavam um tablet, um celular e um par de tênis. (PORTAL CIDADE VERDE, 16 de junho de 2019).

A construção do estereótipo da pessoa em situação de rua é resultado das relações de poder intrínsecas a uma sociedade que tende a não reconhecer a violação de direitos representada pela posição as quais estas pessoas são inseridas socialmente. Posição que se materializa na epistemologia do termo comumente associado para se referir a quem se encontra em situação de rua: “morador de rua”. No ideológico da população, o termo remete a uma pessoa que escolher morar na rua, escolheu estar naquela situação; a pessoa em situação de rua não é vista como humana.

No corpo do texto, os enunciados explicam a situação detalhadamente. Primeiramente, o enunciador jornalístico informa que a pessoa em situação de rua foi encaminhada ao Hospital de Urgência de Teresina (HUT) após ser espancada por populares, algo que já era sabido por conta do título da matéria. O HUT é o maior hospital público em Teresina, onde são atendidas urgências e logo fica entendido que o único local onde ele poderia ser atendido, já que não teria como arcar com despesas.

O enunciado a seguir afirma que “o homem é suspeito”, o que contradiz o título, pois neste já se afirma ele foi espancado por furtar a casa. No caso, o título da matéria culpa a pessoa em situação de rua como estratégia enunciativa para chamar atenção do leitor, especialmente àqueles que moram na zona Sul.

Em um contexto sociocultural, o enunciado “revoltados com o crime, os vizinhos da residência furtada espancaram o suspeito” pode ser entendido pelo leitor como forma de justiça de com as próprias mãos, prática que vem se tornando comum não só em Teresina, mas no Brasil. A forma como o enunciador jornalístico descreve a ação, fica subentendido que uma pessoa ser agredida por várias outras pessoas não é algo extraordinário e que nada acontecerá com elas – o que reforça mais uma vez como a pessoa em situação de rua não é vista como humana.

Este enunciado também mostra a relação de poder entre o enunciador jornalístico e o leitor, pois o jornalista é quem detém as informações e é ele quem tem o poder de divulgá-las. O jornalista ainda insere na matéria que a polícia foi chamada para conter a situação

A heterogeneidade mostrada é marcada pela informação divulgada pelo tenente Rubens, do 6º Batalhão da Polícia Militar, que diz que a pessoa em situação de rua é um homem identificado como “Pará”. A polifonia mostra a relação de poder nesse enunciado, já que o portal se posiciona acima do leitor ao divulgar informações repassadas por uma pessoa

do órgão responsável presente na ação, no caso, a Polícia Militar. Além disso, o uso de fontes oficiais também é uma estratégia enunciativa no contrato de leitura para atrair o leitor por conta da credibilidade que passa a quem está lendo e faz com que o internauta volte ao site posteriormente em busca de mais informações.

Em um contexto institucional, a Polícia Militar é o órgão responsável por prender pessoas envolvidas em ações criminosas e no caso, ela cumpre seu papel, já que não permite que os populares do bairro Bela Vista linchem a pessoa em situação de rua e também a prendem.

Além disso, o homem é visto somente como um criminoso pelos populares e pela própria polícia, uma vez que nenhuma entidade foi chamada para dar suporte ao homem. Em Teresina, o Centro Pop e a Casa do Caminho são responsáveis por atender pessoas em situação de rua.

As informações da Polícia Militar também dão conta que o homem furtou um tablet, um celular e um par de tênis. O fato de ele ter furtado um par de tênis dá a entender que o homem estava descalço e o furto foi até uma necessidade. Ele também furtou tablet e um celular, e no ideológico da população pode ser entendido como uma moeda de troca para se comprar drogas. No entanto, esse fato não é esclarecido.

Portal Meio Norte

A manchete do portal Meio Norte tem como enunciado “Suspeito de roubo é espancado pela população na zona Sul de Teresina”, e tem a linha fina “O suspeito será conduzido para Central de Flagrantes após receber alta médica”. Foi veiculada às 13h30 do dia 16 de junho de 2019. Nesta matéria, o enunciador jornalístico opta por não mencionar a pessoa em situação de rua no primeiro momento e revela um ideológico de mais uma matéria sobre furtos na cidade. Ao colocar “suspeito de roubo”, o leitor não associa a uma pessoa em situação de rua. Na linha fina, o jornalista reforça a ação criminosa ao revelar que o suspeito será conduzido a Central de Flagrantes. A escolha desse título mostra marcas do contrato de leitura do portal com o leitor, pois a linha editorial deste portal é policial.

Os enunciados do corpo da matéria são:

Um suspeito de roubo identificado apenas pelo apelido de “Pará”, que é morador de rua, ficou gravemente ferido após ser espancado na manhã deste domingo (16), por populares do bairro Bela Vista, na zona Sul de Teresina. De acordo com a população, Pará teria invadido e roubado pertences de uma residência por volta das 06h da manhã, foi quando ele deixou a casa que foi avistado por alguns moradores que

conseguiram capturá-lo e desfilaram socos e chutes. Uma viatura do 6º Batalhão da Polícia Militar (BPM), foi acionada e conseguiu impedir que o suspeito foi linchado. Segundo levantamento policial, o suspeito já tem diversas passagens pela polícia por realizar pequenos furtos e arrombamento de casas. A polícia acionou uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que socorreu o suspeito ferido e o encaminhou para atendimento médico no Hospital de Urgência de Teresina (HUT). Pará será conduzido para Central de Flagrantes após receber alta médica. (PORTAL MEIO NORTE, 16 de junho de 2019).

Logo no primeiro parágrafo, o leitor é situado no contexto situacional imediato, em que o suspeito identificado como “Pará” ficou gravemente ferido após ser agredido por populares no bairro Bela Vista. O suspeito de roubo é identificado como morador de rua, demonstrando um modo de dizer, a sedução, para convencer o leitor e reforçar o estereótipo de que a pessoa em situação de rua é criminosa.

O enunciador jornalístico, então, atribui informações obtidas à população do bairro, mas em nenhum momento ele identifica uma testemunha que esteve no local, nem dá pistas de que esteve lá. As informações dão conta de Pará foi avistado deixando a casa onde supostamente teria cometido furtos e então “capturado”.

Com o enunciado “moradores que conseguiram capturá-lo e desfilaram socos e chutes”, marcas do ideológico da justiça com as próprias mãos se fazem presentes, assim como na matéria do outro portal. Nesta matéria do portal Meio Norte, o contexto sociocultural reforça a ideia de que qualquer pessoa pode capturar um suspeito de cometer algum crime e dar um tipo de sentença, que no caso foi a agressão.

O modo de dizer desta matéria reforça o estereótipo de que uma pessoa em situação de rua é criminosa por conta das diversas passagens pela polícia, no entanto, não mostra nenhuma tentativa do poder público ou de entidades sociais de ressocializá-lo. A polícia faz seu papel de impedir o linchamento da pessoa em situação de rua e acionou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

O contexto institucional tem o 6º Batalhão da Polícia Militar, com informações dadas pela companhia. Mas os enunciados da matéria em questão não apresentam polifonia, sendo o enunciador jornalístico o único responsável pelo que é dito.

Considerações Finais

Desta forma, permitimo-nos desenvolver a discussão sobre o papel da mídia na defesa de direitos humanos e na reprodução do estereótipo da pessoa em situação de rua. A cidadanização seletiva imbuída em nosso sistema democrático propicia a perda de valores

morais de pessoas em situação de rua, o que conseqüentemente leva a práticas de estigma, estereótipos e violências contra cidadãos brasileiros.

A omissão do jornalismo em pautar a discussão desta problemática e, por conseguinte, reproduzir a condição de subumanidade contribui ativamente na percepção coletiva em torno de pessoas em situação de rua de forma a construir padrões de marginalização do grupo.

Fundamentado na busca de reconhecimento da necessidade de um espaço social mais inclusivo, podemos ensejar avanços em conceder oportunidades e construir um espaço pautado na pluralidade do exercício da cidadania em detrimento da diferença como demarcação e exclusão do diferente.

Torna-se necessário despertar o sentimento de mudança, de busca por expressar que o verdadeiro problema está na forma como interagimos diariamente em um espaço social desigual que desfilia a pessoa em situação de rua. Afinal, a convivência destoante em sociedade resulta na perda dos valores morais do grupo e destituição material desta parcela da população (VALENCIO, et al., 2008, p. 590-591).

Presume-se que uma produção jornalística mais aprofundada pautada na ética de defesa dos direitos humanos permita dar destaque a esta narrativa silenciada socialmente, suas histórias, particularidades, para, então, aproximar a população da realidade do cidadão em situação de rua em Teresina, além de propugnar pelo reconhecimento da pessoa em situação de rua como cidadão e ser humano integrante do espaço social.

Referências Bibliográficas

ADORNO, R. C. F.; VARANDA, W. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 23-45, 2004.

AMPARO, A. M. d; ALVES, P. B.; CARDENAS, C. J. Pertencimento e identidade em adolescentes em situação de risco de Brasília. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.** São Paulo, 14(1),11-20, 2004.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BUARQUE, C. **O que é apartação**: o apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CANDIDO, N. A. **Ação pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana face ao direito à inserção social de pessoas em situação de rua**. São Bernardo do Campo: UMESP. 2006.

CIDADE VERDE. Morador de rua é espancado após furtar casa na zona Sul de Teresina. **Cidade Verde**, Piauí, 16 junho 2019. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/301924/morador-de-rua-e-espancado-apos-furtar-casa-na-zona-sul-de-teresina>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano 2005, v. 4, n. 1, 2005. DOI 10.15448/1677-9509. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>>. Acesso em: 30 maio 2019.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MEIO NORTE. Suspeito de roubo é espancado pela população na zona Sul de Teresina. **Meio Norte**, Piauí, 16 junho 2019. Disponível em: <<https://www.meionorte.com/noticias/suspeito-de-roubo-e-espancado-pela-populacao-na-zona-sul-de-teresina-364856>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker, 1999.
RESENDE, V. M.. **A naturalização da miséria contemporânea**: análise discursiva crítica de uma circular de condomínio. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada (Impresso)*, v. 8, p. 71-92, 2008.

RANKING de Sites/Portais de Notícias Mais Acessados. [S.l.], 19 jul. 2019. Disponível em: <<http://www.maisaccessados.com/ranking-noticias/PI>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

GUEDES, N.G.T. **Jornalismo e Construção Social da Realidade**: Uma reflexão sobre os desafios da produção jornalística contemporânea. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação - GP Teorias do Jornalismo, 2009.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 7, n. 21, pp. 569-633, dezembro de 2008.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo (RS): Ed. Unisinos, 2005.